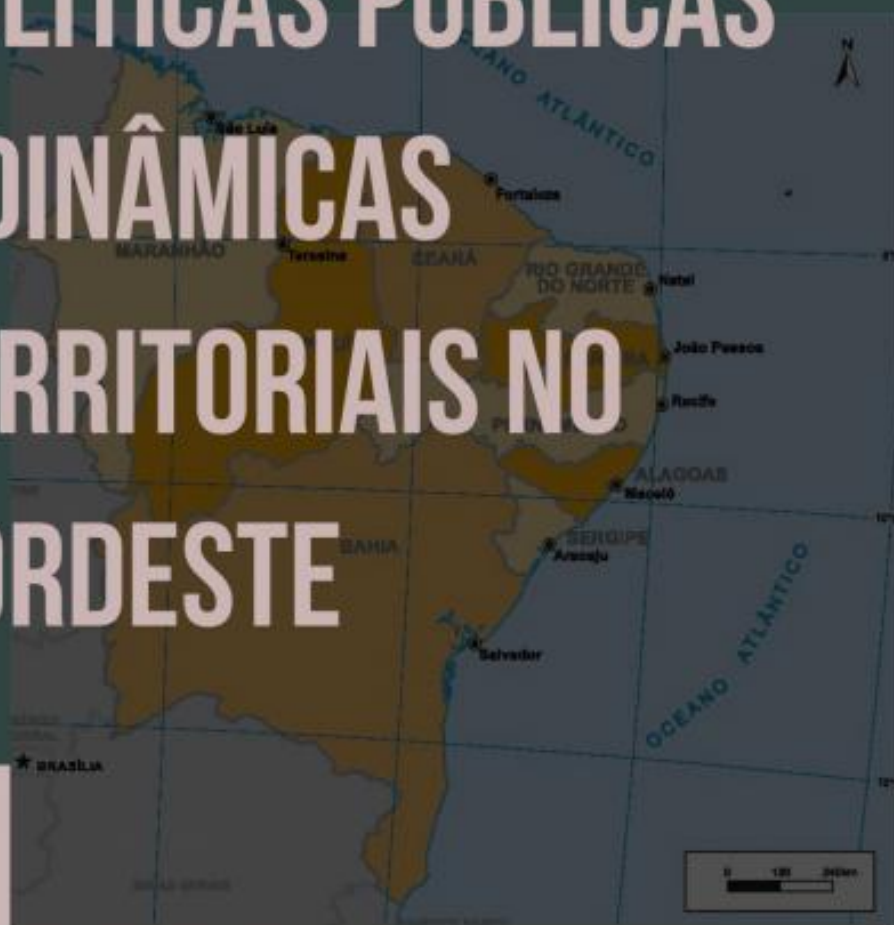




# POLÍTICAS PÚBLICAS E DINÂMICAS TERRITORIAIS NO NORDESTE



Diana Mendonça de Carvalho

José Eloízio da Costa

Fernanda Viana de Alcantara



Editora Poisson

Diana Mendonça de Carvalho  
José Eloizio da Costa  
Fernanda Viana de Alcantara  
(Organizadores)

# Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais no Nordeste

1ª Edição

Belo Horizonte  
Poisson  
2021

**Editor Chefe:** Dr. Darly Fernando Andrade

**Conselho Editorial**

Dr. Antônio Artur de Souza – Universidade Federal de Minas Gerais

Ms. Davilson Eduardo Andrade

Dra. Elizângela de Jesus Oliveira – Universidade Federal do Amazonas

Msc. Fabiane dos Santos

Dr. José Eduardo Ferreira Lopes – Universidade Federal de Uberlândia

Dr. Otaviano Francisco Neves – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Dr. Luiz Cláudio de Lima – Universidade FUMEC

Dr. Nelson Ferreira Filho – Faculdades Kennedy

Ms. Valdiney Alves de Oliveira – Universidade Federal de Uberlândia

**Revisão Ortográfica**

Eliane Vasconcelos Oliveira

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

P769

Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais no Nordeste / Diane Mendonça da Carvalho, José Elói da Costa, Fernanda Viana de Alcantara – Belo Horizonte- MG: Poisson, 2021.

Formato: PDF

ISBN: 978-65-5866-083-5

DOI: 10.36229/978-65-5866-083-5

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

1. Geografia 2. Dinâmica territorial I. CARVALHO, Diane Mendonça de II. COSTA, José Elói da III. ALCANTARA, Fernanda Viana de IV. Título

CDD-320

Sônia Márcia Soares de Moura – CRB 6/1896



O conteúdo deste livro está licenciado sob a Licença de Atribuição Criativa Commons 4.0.

Com ela é permitido compartilhar o livro, devendo ser dado o devido crédito, não podendo ser utilizado para fins comerciais e nem ser alterada.

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

[www.poisson.com.br](http://www.poisson.com.br)  
[contato@poisson.com.br](mailto:contato@poisson.com.br)

## *Apresentação*

A obra intitulada *Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais no Nordeste* é composta por uma coletânea de artigos acadêmicos desenvolvidos por estudantes de graduação e de pós-graduação, mestres e doutores vinculados ao Grupo de Pesquisa Sobre Transformações no Mundo Rural (GEPUR), sediado no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Sergipe (UFS).


A respectiva coletânea integra o eixo temático trabalhado pelo Grupo, que vinculado a geografia, sobretudo a geografia agrária, analisa o espaço rural em seus aspectos espaciais, socioeconômicos e ambientais, tendo como foco a relação sociedade e natureza, a agricultura familiar, a segurança alimentar e os indicadores de desenvolvimento nas escalas local e territorial.

Mais uma vez, sinto-me honrada em ter sido escolhida para escrever essas breves linhas sobre a presente obra, que perfaz mais uma contribuição do Gepru à comunidade científica, de forma multidisciplinar, mas com base geográfica. Isto posto, a presente obra traz oito capítulos subdivididos em dois eixos, a saber: 1- Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural; e 2- Dinâmicas Territoriais e Agricultura Familiar, ambos alicerçados em políticas públicas desenvolvidas no Brasil, com reflexos espaciais de promoção para a agricultura familiar.

Neste contexto, a obra apresenta entendimentos sobre políticas públicas, a partir do viés das microfinanças, sobretudo na perspectiva do Agromigo e da questão agrolimentar no estado de Sergipe. Assim como, trabalha a perspectiva do desenvolvimento, no que tange a política territorial, com foco para o desenvolvimento sustentável e o empoderamento de atores sociais no meio rural. Logo, a partir da Gestão Social, com a participação e deliberação social, muitos avanços foram alcançados junto a política territorial implantada no Brasil, pois trabalhou não só as dimensões econômicas, mas a perspectiva de melhoria da qualidade de vida da população, a partir das dimensões sociais, culturais e ambientais, como fundamentais para que a realidade local se dinamizasse.

A obra reforça o entendimento das políticas públicas como uma contrapartida do Estado às demandas sociais, a partir do microcrédito, como o caso do Pronaf assim como de deliberação de programas por meio do demonstrativo da própria sociedade, em suas condições de necessidades reais, a partir das decisões participativas. Sendo assim, o desenvolvimento fica bem demarcado, na necessidade de diversificação produtiva, possibilidade de aumento da renda das famílias agricultoras e agregação de novas tecnologias, principalmente. Neste contexto, a Agricultura familiar institucionalizada pelo Governo Federal, mediante a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, nasce como categoria necessária ao desenvolvimento, pois sua economia se baseia na diversificação da produção agrícola e/ou não-agrícola.

Os oito capítulos aqui expostos trazem uma perspectiva empírico-analítica a partir da realidade vivenciadas no Nordeste brasileiro, em específico nos estados de Alagoas,



Bahia e Sergipe. Esses dialogam conjuntamente a função do Estado, via políticas públicas, que são demandadas pela sociedade rural em prol da promoção de mudanças estruturais e melhorias socioeconômicas, e por conseguinte, do desenvolvimento rural.

Sabido é que, muitas dessas ações perpassam por tempo gestacional da política governamental. Algumas dessas sedimentadas, como o Pronaf, com a metodologia do Agronegócio. Todavia, outras, por mudança de gestão governamental, simplesmente perderam o seu mérito real e foram sendo substituídas por políticas até o momento desconhecidas, como foi o caso da Política de Desenvolvimento Territorial.

É notório também, que a Política de Desenvolvimento Territorial, enquanto vigente, apresentou possibilidades, limites e contradições, cujos resultados não se fizeram de forma imediata. Isso porque perfas uma política com abrangência especial, agregando uma série de demandas que puderam não ser comuns a todos os municípios incluídos na constituição territorial, mas que a partir das reuniões colegiadas se definiam prioridades comuns.

Por esse contexto, demarco que a obra é um rico conjunto empírico-analítico - que convido, você leitor, a se debruçar. Essa coletânea focaliza experiências socioeconômicas de desenvolvimento rural, a partir de melhorias socioeconômicas e territoriais, circunscrito a uma dada escala especial nos estados de Alagoas, Sergipe e Bahia, por meio de pesquisas desenvolvidas pelos membros do Grupo de Pesquisa Transformações do Mundo Rural (GEPRU).

Bom leitura!

*Diana Mendonça de Carvalho*  
*Doutora em Geografia (PPGEO/UFPA)*

*Membro do Grupo de Pesquisa Sobre Transformações do Mundo Rural.*

*06.01.2021*



# SUMÁRIO

## UNIDADE I - POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO RURAL

**Capítulo 1: As microfinanças rurais e os caminhos da agricultura familiar no nordeste brasileiro ..... 09**

*Valnandy de Aragão Brito,  
Diana Mendonça de Carvalho  
José Elafato da Costa*

DOI: 10.36229/978-65-8866-083-5.CAP.01

**Capítulo 2: Agroamigo: Arranjo institucional no nordeste brasileiro..... 30**

*Valnandy de Aragão Brito  
Diana Mendonça de Carvalho  
José Elafato da Costa*

DOI: 10.36229/978-65-8866-083-5.CAP.02

**Capítulo 3: Agricultura familiar na microrregião agreste de itabaiana e a questão agroalimentar..... 57**

*Alisson Santos Leite  
Diana Mendonça de Carvalho  
Marcelo Alves Mendes*

DOI: 10.36229/978-65-8866-083-5.CAP.03

**Capítulo 4: Desenvolvimento rural e políticas públicas no semiárido brasileiro: Análise do programa uma terra e duas águas - p1+2 no município de Aracatu/Bahia/Brasil ..... 81**

*Matheus Costa Santos  
Fernanda Viana de Alcantara*

DOI: 10.36229/978-65-8866-083-5.CAP.04



# SUMÁRIO

## UNIDADE II - DINÂMICAS TERRITORIAIS E AGRICULTURA FAMILIAR

**Capítulo 5:** Ainda sobre a política de desenvolvimento territorial rural: Avanços, contradições e vícios nos territórios de cidadania do estado de Alagoas..... 111

*José Elízio da Costa*

DOI: 10.36229/978-65-3066-003-3-CAF.05

**Capítulo 6:** Desenvolvimento territorial e políticas públicas: Análise da efetivação do Proinf no território do médio sertão de Alagoas..... 141

*Sandra Andréa Souza Rodrigues*

*Marilene da Rocha Santos*

*Patrícia Oliveira do Nascimento*

DOI: 10.36229/978-65-3066-003-3-CAF.06

**Capítulo 7:** A dinâmica da gestão social na bacia leiteira em Alagoas a partir da perspectiva dos atores sociais..... 157

*Juliane Lima da Silva*

*José Elízio da Costa*

DOI: 10.36229/978-65-3066-003-3-CAF.07

**Capítulo 8:** Descentralização e empoderamento: análise dos reatamentos das atividades do cmtz no município de Itabaiana..... 182

*José Carlos dos Santos*

*José Elízio da Costa*

DOI: 10.36229/978-65-3066-003-3-CAF.08





# Capítulo 1

## *As microfinanças rurais e os caminhos da agricultura familiar no Nordeste Brasileiro*

*Volnandy de Aragão Brito*

*Diana Mendonça de Carvalho*

*José Eloízio da Costa*

## 1. INTRODUÇÃO

A dimensão do microcrédito rural, a exemplo do Agroamigo, agrega realidades socioeconômicas extremamente heterogêneas e complexas no tempo e no espaço brasileiro. O que justifica a análise de seus impactos a partir de correntes dos estudos rurais, que focam as radicais mudanças nos últimos 15 anos do “novo rural” e os desafios na produção de alimentos para o século XXI.

Nessa linha, a presente abordagem estará concentrada na questão do alcance e dos desafios dessa modalidade de crédito a partir do comportamento da agricultura familiar nordestina e da metodologia empregada, como uma política pública de crédito sedimentada ou intencionalmente compensatória. Tudo isso frente a realidade contraditória embasada nas novas teses do mundo rural, onde a agricultura familiar não sobreviverá a nova realidade competitiva e de inserção do componente tecnológico.

O trabalho está dividido em duas partes. A primeira se concentra nos fundamentos das chamadas “Sete teses do mundo rural no Brasil do século XXI”, inserida como referência obrigatória nas novas análises e que, pelo rigor interpretativo de seus pesquisadores, tornam-se instrumentos científicos e metodológicos face as novas empirias rurais. Essas, marcadas pelos desafios que se desdobram em situações como o despovoamento, o desaparecimento da agricultura familiar no Nordeste e a inenarrabilidade da tecnologia enquanto ferramenta de desenvolvimento rural. Fato que exclui milhões de agricultores familiares do mercado de produtos agrícolas, mesmo em seu formato de mercados aninhados ou de cadeia curta, além do “fim da história” da reforma agrária no Brasil. Por outro lado, agrega-se também, outras abordagens destoantes da concepção dos protagonistas das “Sete teses sobre o mundo rural” e da impraticabilidade da racionalidade capitalista aplicada aos agricultores familiares.

A segunda parte é uma abordagem do alcance do Agroamigo frente a essas novas concepções, com ênfase nas limitações estruturais da agricultura familiar nordestina, observado na dificuldade de construção de renda familiar e das opções de inserção dos níveis de tecnologia no processo de produção constante, que ainda embatem em instrumentos de trabalho convencionais, perdendo condições de competitividade e de produtividade.

Essa parte se completa a partir do confronto com a literatura mais recente sobre o microcrédito, particularmente do microcrédito no Nordeste. Destacam-se os estudos de Rufino e Bastos (2015), Rufino e Schneider (2015) e Schneider e Griza et al (2015). Esses autores inserem questões mais recentes por meio de uma abordagem não necessariamente da "inviabilidade econômica" da política pública de crédito rural voltado para os agricultores familiares, mas dos efeitos sociais ainda limitados, com ênfase principalmente nos "limites" do crédito frente às carências estruturais da economia familiar de baixo rendimento observada no Nordeste.

## 2. UMA NOVA ABORDAGEM SOBRE O MUNDO RURAL E A QUESTÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO NORDESTE

As "Sete teses sobre o mundo rural brasileiro" é o texto base para esse diálogo, haja vista ter sido um projeto ousado, que evidencia a complexidade e a heterogeneidade da agricultura familiar na seminal estratégia de fornecimento de alimentos destinados ao mercado interno e à pauta das exportações, na qual trazem divisas nas transações correntes externas. Esse estudo se justifica pela configuração do novo fenômeno observado nos últimos quarenta anos no meio rural nacional e que transcende alguns dogmas, como a polarização do agronegócio versus agricultura familiar ou da imprescindibilidade radical da política fundiária.

Em verdade que existe toda uma literatura já consagrada, em especial desde os anos 1960, embasada na necessidade de realizar mudanças no meio rural, haja vista ainda deter o título de o lado "atrasado" da economia brasileira. Destacam-se os "clássicos", com a contribuição na literatura de influência de esquerda, protagonizado por Prado Junior (1976) e Guimarães (1980) em que, com base nos dados censitários, refutam a herança da estrutura fundiária brasileira e da necessidade emergente de realização da reforma agrária como política de transformação da agricultura brasileira.

Nesse mesmo diapasão, as contribuições de Paiva (1979) refletiam as futuras transformações da agricultura brasileira em décadas subsequentes, demarcada na inserção do sistema nacional de crédito rural e na agregação de inovações tecnológicas, as quais permitiram o aumento dos níveis de produtividade, no molde da "modernização da agricultura". Esses processos permitiram não apenas inserir as formas capitalistas de produção, como também impôs um modelo de industrialização, que, infelizmente, Graziano Da Silva (1980) demarcou como um processo de natureza setorial e regional.

do qual, praticamente toda a região Nordeste estaria excluída, mediante manutenção da estrutura agrária.

Na sequência, o conjunto de políticas públicas evidenciadas, a partir dos anos 1990, mudou o quadro rural face à inserção do Estado com políticas públicas mais consistentes. Schneider (2010) aborda essas mudanças na moldura de um Estado que não aplicaria suas ações com base em políticas exclusivamente focalistas, através de programas de "desenvolvimento regional" e de caráter vertical, centralizado, com foco burocrático e bem distante dos resultados esperados; mas em ações mais organizadas e com eficiência em sua operacionalização, induzidas com base legal definida. O Pronaf seria uma das primeiras políticas consistentes e conhecidas, a qual já percorre uma trajetória de mais de 25 anos, com suas contradições, desafios e alcances.

É nessa linha que se adentra a discussão das Sete Teres, com intuito de refletir a dimensão e o alcance do Agroemigo no Nordeste e de forma particular no estado de Sergipe. Essa análise tem como base as posições de NAVARRO (2014), apresentado no volumoso tomo intitulado "O mundo rural no Brasil do século XXI: formação de um novo padrão agrário e agrícola", publicado pela EMBRAPA em parceria com o Instituto de Economia da Unicamp.

Uma primeira abordagem é a que o autor denomina de "Uma nova fase do desenvolvimento agrário", em que se destaca o padrão dualista da agricultura brasileira e de valorização fundiária. A dita nova realidade transcenderia esse quadro, em que:

O novo padrão introduz o capital 'em todas as modalidades' no centro do desenvolvimento agrícola e agrário. Reduz o papel da terra, pois a produção e as rendas agropecuárias passam a depender, crescentemente, dos investimentos em infraestrutura, máquinas, tecnologia e na qualidade da própria terra, além de investimentos em recursos ambientais e no treinamento do capital humano (NAVARRO 2014, p. 1167).

Essa nova fase se caracteriza pela mudança radical no padrão produtivo e no papel estratégico do capital em todo esse processo. Fato que modificaria as relações de produção e de desenvolvimento das forças produtivas, rebatendo na profissionalização das unidades produtivas rurais, tanto no aspecto de gestão, como do processo produtivo; havendo, portanto, uma racionalização operacional.

Essas mudanças são ampliadas também na esfera da circulação da mercadoria agrícola, podendo ser observado como estratégica para a agricultura familiar, através da constituição dos arranjos produtivos e da inserção dos arrendamentos, agora um fenômeno comum em áreas de agriculturas tecnicamente sofisticadas. O que destrona o papel da renda fundiária, mesmo que exista um proprietário, seu excedente pode ser expropriado.

Para fundar esse novo padrão, com o rebelamento do padrão terra como medida de valor, o papel ficaria a cargo das inovações como mecanismos de crescimento da agricultura, a partir de uma nova forma metodológica: a *produtividade total dos fatores (PTF)*, que consiste em oferecer indicadores sobre a eficiência tecnológica e produtiva das atividades (Navarro, 2014, p. 1168, apud Osques, 2010). Esses indicadores permitiram analisar a notável evolução da produtividade na agricultura brasileira durante três décadas, criando condições para a constituição de um novo padrão sustentável, secundarizando o fator terra. Por essa nova metodologia, a questão de renda absoluta ou relativa da terra perde importância, não se mensurando mais o valor da mercadoria produzida, "pois é poupador do recurso terra".

Entretanto, essa primeira tese não reflete diretamente o "padrão monetário" da metodologia do Agroamigo. Isso porque, em seus objetivos, não estariam pautados pela radicalidade do padrão produtivo, no que se refere a questão das inovações tecnológicas e arranjos produtivos, como arrendamento e fases de comercialização.

Essa abordagem demonstra o alcance limitado dessa política de crédito, sendo, portanto, um processo que passa longe das mudanças estruturais. Mas por outro lado, não se deve, também, cair na armadilha de "naturalização da modernização", na medida em que existem resistências na inserção desse padrão.

O Agroamigo não entra na quadra da "modernização da agricultura" visto que é uma política de natureza creditícia. O que aparentemente é contraditório em sua existência, e mesmo que o crédito integre uma das ações dessa nova fase do desenvolvimento agrário brasileiro, o Agroamigo não perfaz no sistema nacional de crédito rural, um estímulo ao desenvolvimento da agricultura brasileira, que desde meados da década de 60 do século passado, viabilizou a agricultura comercial e lucrativa.

Portanto, não existe um “viés” de incentivo à metodologia do Agroamigo, com interface junto ao desenvolvimento da agricultura de alto rendimento, até porque o público-alvo – os agricultores familiares – historicamente nunca tiveram acesso aos benefícios do crédito.

Funda-se também a fragilidade de mais uma tese do novo mundo rural aos beneficiários do Agroamigo, no que se refere o quanto de inserção das inovações tecnológicas, sendo esta, um dos maiores desafios da agricultura moderna. Uma primeira questão relaciona-se com o acesso a essas inovações. E ela só opera a partir de outros fatores, como o crédito subsidiado, por exemplo. Mas o limite financiado pelo Agroamigo não permite que todo esse processo possa ser generalizado aos agricultores familiares. Os custos fixos são significativos e mesmo que se pautar apenas nos investimentos, o valor concedido não permite tal fim. Daí se quer agregar o respectivo debate, mesmo importante, mas que não se coaduna com a realidade dos agricultores familiares tomadores de crédito do Agroamigo no Nordeste.

Os tomadores do crédito Agroamigo têm dificuldades de se ajustarem às inovações tecnológicas, que se desdobram no aumento da produtividade e na redução dos custos em termos operacionais. Nas palavras de Navarro et. al. (2014: 1171), é emergência do debate e execução das inovações tecnológicas voltadas para a agricultura, gera uma necessária transcendência de determinados valores historicamente superados:

São inúmeros os exemplos que revelam a urgência desse debate sem parar e sobretudo sem dogmas morais ou políticos. Por exemplo, a agricultura moderna não é incompatível com processos produtivos intensivos em trabalho, e nem rejeita formas organizacionais menos comuns, como as cooperativas baseadas na racionalidade econômica. Mas é inegável que as transformações da sociedade vêm tornando o uso do trabalho na agricultura um problema desafiador, pois enfrenta bloqueios decorrentes de sua pouca disponibilidade e baixa qualificação.

A citação em epígrafe impõe uma leitura mais realista da complexidade e heterogeneidade da agricultura moderna no Brasil. A particularidade da agricultura, diferente dos demais segmentos da economia, ainda é marcada pela presença da força de trabalho, muitas vezes de caráter intensivo, como acontece com os agricultores familiares. Somando-se também a gestão coletiva, como é perceptível por meio das cooperativas de agricultores e da dependência dos fatores naturais. Logo, a questão da mudança no padrão tecnológico para a agricultura não é determinante, isso dentro de uma concepção genérica. De forma particular, aos agricultores familiares não se impõem

como estratégia, face a necessidade de inserir sua produção familiar no mercado de alimentos.

O que se deduz dessa particularidade é a impossibilidade dos agricultores tomadores do Agroamigo estarem enquadrados como agricultores de "grande potencial", no sentido de agregar inovações em seu processo produtivo. O que efetivamente distoa à finalidade histórica da agricultura tradicional brasileira.

Na mesma análise estaria vinculada a concepção de uma das teses do novo mundo rural no que se refere à diminuição da participação do Estado no financiamento da agricultura, ou em outras palavras, da utilização dos recursos do Tesouro Nacional para financiar o segmento rural. Na concepção de alguns autores, como Navarro e Rufino (2014), essa é uma política em franco declínio face à inserção de outras fontes de financiamento, como bem salienta Navarro (2014): "A tese sustenta que o papel do Estado mudou (ou deveria mudar), seja porque sua ação já não é tão necessária, seja porque os desafios atuais são muito mais complexos e transcendem as possibilidades do Estado" (p. 1.175). Isto é, a agricultura brasileira pode ser agora inserida como agricultura "industrializada" na medida em que suas fontes de financiamento não mais dependem das "benesses" do governo, mas da capacidade do uso do financiamento (em investimento e custeio) com base em contratos de créditos estabelecidos por taxas de juros estabelecidos.

Dessa forma, créditos vinculados ao Agroamigo, como o Pronaf B, não integram recursos disponíveis no mercado financeiro. Normalmente, esses são oriundos do Tesouro Nacional, por ser subsidiado, e conter o benefício do deságio, em caso de adimplimento, dentro do prazo de cumprimento das obrigações. Na tabela 01, observa-se a diminuição da participação dos recursos do Tesouro Nacional no processo de desenvolvimento da agricultura.

Tabela 01- Brasil: Participação dos fundos do Tesouro Nacional (TN) em relação ao financiamento total da agricultura (em %) - (1985-2011).

Participação	1985	1990	1995	2000	2005	2010	2011
% dos fundos do TN destinados ao financiamento rural	64,0	26,7	19,7	0,02	2,2	0,2	0,1

Fonte: Brasil (2013) - Apud "O mundo rural no Brasil do Século XXI" - p. 1.176.

O que se percebe na tabela é a queda acentuada de participação desses recursos, que geralmente são subsidiados; e a da supremacia quase absoluta dos recursos

financeiros contratados dentro do sistema convencional. Ou seja, os recursos locados para o Agroamigo praticamente são insignificantes em relação ao montante destinado à agricultura brasileira como um todo.

Ainda para estes autores, a retirada do Estado, enquanto fomentador do mundo rural aparentemente poderia enfraquecer o setor. Contudo, o que aconteceu foi justamente o contrário, havendo fortalecimento do segmento em praticamente todos os fatores produtivos, como tecnologia, gestão, logística e comercialização; onde efetivamente não haveria a presença do Estado. O que demonstra que o Agroamigo passa ao largo dessas "questões maiores" da agricultura brasileira, pautando-se, aparentemente, como "resíduo" do sistema financeiro voltado para a agricultura, materializando-se na exclusão dos agricultores familiares como protagonistas do segmento mais pobre do meio rural.

Ainda mais crítico é o quadro desse programa em relação a uma abordagem "estrutural" da agricultura, com a superação de uma espécie de dogma defendido por atores políticos de que a "agricultura familiar" no Nordeste é economicamente inviável. Para esses deveria existir outra estratégia de desenvolvimento dessa atividade no Nordeste, bem diferente do estilo "compensatório" de políticas públicas focalizadas de frágil repercussão econômica.

Nesse aspecto, inserir funções "empreendedoras" e conhecimento do alcance dos mercados convencionais, seria de grande importância, superando dois gargalos históricos e tradicionais: 1- dificuldades na comercialização de seus produtos, mesmo em cadeia curta ou mercados enclavados; e, 2- dependência de um sistema de comercialização com base nos mercados institucionais.

Essa mesma percepção se refere à renda da agricultura familiar no Brasil. O estudo de Alves e Rocha (2010), com base no critério da "agricultura familiar" a partir dos dados do Censo Agropecuário - 2006, define que pouco mais de 4,4 milhões de estabelecimentos rurais são dessa categoria, dos quais, 66,01% tinham uma renda média por estabelecimento de 0,52 salários mínimos. Este número corresponde a uma subcategoria de agricultores familiares pobres e com problemas de reprodução material de própria família, excetuando-se quando da existência de outras políticas, como o Bolsa Família e a aposentadoria rural (Tabela 02).



Tabela 02 - Distribuição dos estabelecimentos rurais por estratos de renda bruta (sal. Mín.) e distribuição da renda bruta apropriada.

Estrato (sal. Mínimo)	N de estabelecimentos	%	Renda Bruta - EB (%)	EB/estab. (sal. míi. mensais)
[0 e 2]	2.904.769	66,01	3,27	0,52
[2 e 10]	995.750	22,63	10,08	4,66
[10 e 100]	472.702	10,74	35,46	14,49
Acima de 100	27.306	0,62	51,19	861,91
TOTAL	4.400.527	100,0	100,0	10,45

Fonte: Dados do IBGE, Abres e Rocha (2010).

Pelos termos, entre os agricultores familiares, em nível nacional, observamos forte segregação socioeconômica, fruto de processos distintos de produção, questões de natureza histórico-cultural e até mesmo, referente à comercialização. Inferir essa diferença é praticamente condenar os agricultores familiares nordestinos mais tradicionais, não apenas ao ostracismo econômico, mas principalmente ao desaparecimento literal (Tabela 03). Ou seja, articulando a inviabilidade produtiva e econômica dos agricultores familiares no Nordeste e a renda familiar insuficiente, afunda ainda mais essa "inviabilidade" em médio e longo prazo.

Tabela 03 - Brasil: Participação relativa dos estabelecimentos do Grupo B do PRONAF no interior da agricultura familiar por região, 2006.

Região	Agricultura Familiar (Ln 11.326/06) - (A)	Grupo B	Participação (em % B/A)
Soma	412.666	154.118	37,40
Nordeste	2.187.131	1.367.862	71,69
Sudeste	699.735	356.826	50,92
Sul	849.693	269.668	31,74
Centro-Oeste	217.022	67.752	31,22
Total	4.366.267	2.416.127	55,34

Fonte: Censo Agropecuario 2006.

Elaboração: Projeto de Cooperação Técnica Ipes/PODR/UFRRS, 2010-2011.

Oss. tabulação especial realizada pelo IBGE e pelo MDA. Agud. RUFINO, et al (2014). Aspectos Multidimensionais da Agricultura (IPEA).

Essa concepção se apresenta, em partes, equivocada para a realidade nordestina, em função: 1- Da particularidade do pequeno agricultor nesta região. Efetivamente a renda não é o critério central de reprodução da força de trabalho familiar, apesar de ser essencial. Porém, outros elementos devem ser considerados. Para o agricultor-tomador de crédito do Agroamigo, a questão não estaria apenas no aumento da renda da família, mas na necessidade de agregar valores e expectativas com a realização de processos de

trabalho relacionados à reprodução física da família, como o cultivo de autossustentância, como valor de uso e não como mercadoria. 2- De que mesmo o agricultor familiar produzindo para o mercado, o interesse seria pela não acumulação, e sim pela ampliação e diversificação de consumo de produtos e serviços que possam materializar a reprodução da família desse pequeno agricultor.

### 3. A MITOLOGIA DA INCAPACIDADE SOCIOECONÔMICA DOS AGRICULTORES FAMILIARES E EFEITOS DO PRONAF E DO AGROAMIGO NO NORDESTE

A literatura mais recente sobre o mundo rural brasileiro neste início de século XXI tem sido provocante ao abrir novas abordagens em função da heterogeneidade e complexidade do mundo rural. Diante disso, existe uma vasta literatura sobre os limites da reprodução da agricultura familiar (Wanderley (2003, 2009); Schneider (2003 e 2009); Kageyama (2008); Van Der Ploeg (2008) etc.

Nesse momento, parte-se para uma análise à luz dos limites e alcance do sistema de crédito subsidiado voltado para a agricultura familiar no Nordeste, definido nas polêmicas taxas do novo mundo rural do século XXI. Nessa linha pauta-se a "relação perversa" das "agriculturas produtivamente assimétricas". Baseada nos seguintes termos, abordados por Buainain et al. (2014 pp. 1.177):

Mesmo nas regiões que prosperaram em virtude de algumas 'iniciativas agrícolas', acaba prevalecendo uma tendência perversa em relação aos estabelecimentos rurais de menor porte econômico, ainda que apenas por duas razões. Primeiramente, os filhos migram para não voltar, pois existe um tanto de oportunidade muito elevado. É, segunda, porque a oferta de trabalho contratado também se reduz pelo alijamento de tempo, o que eleva os custos rurais.

A questão levantada pelos autores é o definhamento absoluto de uma agricultura economicamente inviável face à "modernização insustentável". Quem não acompanha esse modelo está "condenado" ao desaparecimento na chamada agricultura de pequeno porte ou de baixa produtividade.

No mesmo tomo das taxas sobre a agricultura no século XXI, o texto de Silve e Costa (2014), desenvolve uma abordagem interessante no que se refere às limitações estruturais da agricultura camponesa no semiárido nordestino, constituído pelas adversidades climáticas, fragilidade no acesso ao crédito e de baixa organização desses agricultores, entre outras questões. Entretanto, os autores não defendem sua

instabilidade econômica, até pela particularidade desse sistema produtivo, mas reconhece a face heterogênea e desigual desses agricultores nordestinos. E os desafios seriam superar essas adversidades e estimular a materialização das liberdades das pessoas, de acordo com o defendido por Sen (2010), substanciada nas oportunidades, que vão além da renda. O que demonstra sua complexidade e a inexistência dessa relação perversa, até porque são processos distintos.

O foco da "inviabilidade econômica" da pequena produção familiar nordestina não merece prosperar por uma simplista questão: o agricultor familiar beneficiário do Agroamigo não tem como motivação exclusiva vender para acumular capital, ao estilo D-M-D', mas *reproduzir a força de trabalho familiar ao estilo M-D-M*. Em outras palavras, a subjetividade do agricultor familiar é diferente da concepção empreendedora dos prósperos agricultores familiares do centro-sul. O interesse maior do beneficiário do Agroamigo é no sentido de melhorar suas condições de vida e de sua família, como o acesso a bens duráveis e não-duráveis.

É possível observar, ainda, outras questões que merecem ser analisadas, em especial a partir da percepção dos agricultores familiares, notadamente os situados no Nordeste, em relação às suas próprias vidas. Estes são imbuídos de valores e visões de mundo que, concretamente não são absolutos dentro do foco da economia de mercado dos produtos agrícolas. Outras variáveis devem ser consideradas.

Dai a questão da multidimensionalidade do mundo rural e o agricultor familiar reproduzir esse processo atualmente. Ou seja, a abordagem deve transcender a mera concepção estritamente econômica. Ainda que não seja apenas na geração de produtos agrícolas, deve ser observada da forma mais ampla possível e não deve ser mais isolada como "espaço do atraso". Wanderley (2009, pp. 18) é bem enfática em relação à questão campo-cidade e dos valores que aí estão imbuídos.

[...] o mundo rural não pode ser compreendido de forma isolada do conjunto da sociedade a que pertence. Esta afirmação supõe a crítica à visão das relações campo-cidade, como relações de isolamento ou de antagonismo e a afirmação da complementaridade destas duas formas espaciais da vida social. Nesta perspectiva, o mundo rural pode ser entendido como um lugar de vida, que se define enquanto um espaço singular e um ator coletivo".

Destacamos em itálico a assertiva da pesquisadora, onde a vida do camponês, ou agricultor familiar, materializa-se pela rotina do tempo do trabalho e do não-trabalho, na qual os valores não estão restritos ao ganho, mesmo que este seja essencial.

É verdade, a circulação da mercadoria da agricultura familiar contribui para a constituição da renda da família, mas efetivamente inexistente à racionalidade do processo de acumulação e o tempo da reprodução de força de trabalho (que envolve o tempo de descanso), sendo incorporados outros valores, que poder-se-ia denominar de valores não monetários. Daí Wanderley (2009) denominar o espaço rural como espaço de vida. Essas vidas são constituídas por suas lógicas, muitas vezes de forte inserção subjetiva, expressas no apego a terra, na preocupação com a sucessão familiar, no aspecto de natureza religiosa etc. Dessa forma, essa inserção subjetiva não sequencia os moldes bucólicos de um passado remoto que não volta mais, mas reafirma uma lógica enraizada na tradição, nos hábitos e nos costumes desses agricultores familiares.

Na verdade, esses atores sociais agregam expectativas singulares e visões de mundo, que muitas vezes são diversas dos valores urbanos, mesmo que estes sejam bombardeados pelos valores de mercado, do individualismo e da competição, além das dificuldades do uso de tal racionalidade instrumental.

A lógica do agricultor familiar nordestino, tomando como exemplo os tomadores de crédito do Agroemigo, não está incorporada à racionalidade instrumental do capital (ou do mercado) e nem ao processo acumulativo, pois inexistente um elemento essencial: a exploração do trabalho alheio. O que impõe uma abordagem singular quanto ao processo produtivo, mas também ao uso do tempo de vida, com exclusivos “valores de uso”.

Para ampliar a análise que restringe a abordagem do agricultor familiar, enquanto ator essencialmente econômico, podemos observar que existe um conjunto de autores que transcendem essa concepção, isso se levarmos em consideração as “diferenças” operacionais entre a agricultura dita moderna e a mais tradicional. Para autores como Van der Ploeg (2000) a referida discussão incorpora a questão do “desenvolvimento rural” e o sistema de produção com base na agricultura familiar, contribuindo na definição do processo multifacetado.

Rural development has also facilitated the elaboration and implementation of new, innovative methods to combat increasing costs. In other words: rural development is reconstructing the eroded economic base of both the rural economy and the farm enterprise. This is also why initiatives have been taken and are sustained by farming families themselves. For them, rural development represents a 'way out' of the limitations and lack of prospects intrinsic to the modernization paradigm and the accelerated scale-enlargement and industrialization it entails (VAN DER PLOEG, 2000, p. 396).

Na perspectiva do desenvolvimento rural, a inserção de fatores típicos da economia de mercado não pode ser absolutamente preponderante nesse sistema de produção. O aspecto da concorrência ou incapacidade econômica desses atores produtivos rurais rima como um dervário ou constituição de uma mitologia, desconstruído pela heterogeneidade e complexidade do mundo rural da "pequena produção familiar".

Há diferenças estruturais entre o modelo de modernização da agricultura e os aspectos intrínsecos do desenvolvimento rural, em que opera essa "nova agricultura familiar". Kageyama (2008, p. 64-5), enfatiza que "[...] a atividade agrícola em novas bases ainda pode continuar a ser as bases do desenvolvimento rural".

A autora constrói uma diferenciação para os dois processos: Modernização, como sinônimo do agronegócio; e, Desenvolvimento rural, como reflexo da diversificação produtiva e da viés sustentável praticado pela agricultura familiar. Diante dessa comparação finca-se a questão da incapacidade socioeconômica e da concorrência fragilizada por parte dos agricultores familiares em um mercado perfeito ou imperfeito. Fato o qual não pode ser enfatizado como tese para um mundo rural "em desenvolvimento", haja vista, seu fundamento está restrito ao processo de produção agrícola.

Na linha do desenvolvimento rural, os argumentos da autora não explicitam ou fortalecem o individualismo como mote à concorrência individual dos "agricultores empreendedores". É evidente que existe um determinado nível de racionalidade nas instâncias do desenvolvimento rural protagonizado pelos agricultores familiares. O que se observa é que essa racionalidade tem sua dinâmica particular e, mesmo que configure a busca de renda para a família, ela atua embasada em motivos que passam ao largo da racionalidade capitalista.

Kageyama (2008) ainda enfatiza que a categoria desenvolvimento rural tem íntima relação com o desenvolvimento da agricultura familiar, pela diversificação da produção e de possibilidades de outras alternativas e estratégias de reprodução da agricultura familiar. Mas essa questão vai mais além. Uma delas, bem conhecida, é a posição de Murdoch e Murdoch (1994), em que a “chave do desenvolvimento rural está, usualmente, numa mudança de uso da terra” (apud Kageyama, *ob. Cit.* p. 66). E essa mudança é explicitada pela diversidade de produção, envolvida por questões relacionadas a diferentes setores de produção e consumo.

Nesse contexto, para Kageyama (2008) a questão do desenvolvimento rural integra uma proposta de superação da monotonia provocada pelo agronegócio, inclusive com uma proposta redistributiva e de redução dos custos da produção na medida em que o custo da força de trabalho é baixo, por utilizar o trabalho familiar.

Parafraseando essa questão da mitologia da incapacidade econômica dos agricultores familiares nordestinos, nos parâmetros de novo mundo rural, agregamos também a polêmica tese do “esvaziamento demográfico rural”, abordado por autores como Bolliger e Maia (2014), que relata jamais ter ocorrido.

[...] no Brasil uma política de desenvolvimento rural, baseada na ação governamental, e desenvolvimento agrário brasileiro vai urgindo uma “via argentina”: o esvaziamento demográfico do campo, o predomínio da agricultura de larga escala, a alta eficiência produtiva e tecnológica, e o posicionamento no topo brasileiro, como o maior produtor mundial de alimentos (Ob. Cit. F. 1.179).

É pertinente fazer algumas considerações em relação à tese em tela e sua inconsistência fática. A simples assertiva do “deserto demográfico rural” é um tema complicado e sua simplificação analítica não ajuda a entender a heterogeneidade da realidade rural da agricultura familiar nordestina, por exemplo.

Articular essa questão, na qual integra o tema da migração, do seu não retorno, além do envelhecimento da população rural, analiticamente não se coaduna com a tese da “argentinização” da agricultura brasileira; um especial para a realidade em que vivemos nestes dias.

Concretamente não se efetivou o esperado esvaziamento populacional, mesmo que, em termos relativos à participação demográfica da população rural tenha diminuído nas últimas décadas. Por outro lado, o problema estaria também nos critérios instituídos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no que se refere à definição de

população urbana e rural. Esse define a população urbana como aquela que reside exclusivamente na sede municipal.

O que distorce a realidade, bem como a diversidade de distribuição espacial da população, é que muitas vezes populações aparentemente "urbanas", na verdade, assumem atividades agrícolas ou vinculadas às regiões rurais (VEIGA, 1984). No Nordeste, esse fenômeno social precitaria de estudos mais completos, haja vista se observar uma diversidade de processos sociais que envolvam fenômenos como a questão da juventude rural e da implementação de políticas públicas voltadas para essa categoria social e etária.

Por outro lado, na linha de Barcelos (2014), a questão da juventude não pode estar desvinculada da existência dessas políticas e de seus rebatimentos para frear a força do arvoreamento, bem como, da percepção de uma nova geração que muitas vezes não quer acompanhar a atividade desenvolvida por seus genitores.

Assim, deve-se aprofundar a valorização dessa juventude rural com a implementação de políticas, observando a realidade local e a articulação dos movimentos sociais em prol do desenvolvimento rural. Temas como os "invisíveis sociais", representados por esses jovens rurais, que cotidianamente comparam o bucólico estilo de vida rural com o estilo "dinâmico" dos valores urbanos, mostram novos desafios, que rebatem na determinação de políticas sociais voltadas para esse estrato social.

Desse modo, esse processo pode se concretizar com a institucionalização e organização de uma pauta específica, como mostra os autores em epígrafe, quando aborda em seu estudo a necessidade de ampliação dessas ações.

O levantamento demonstrou que a visibilidade da agenda e o reconhecimento da juventude como um sujeito de direitos exigem tanto o esforço de institucionalização de ações no âmbito governamental, como pela aprovação de marcos legais e o aumento de representação política da juventude em instâncias de formulação de políticas públicas (Castro e Barcelos, 2014, p.68).

Diante desta conjuntura, acresce-se a questão do crédito rural destinado aos agricultores familiares. Esse possui diferentes ciclos de atuação no Nordeste, sobretudo a partir das mudanças na trajetória do Pronaf, demonstrando aperfeiçoamentos em seus instrumentos operacionais e principalmente, buscando eficiência, com ênfase na melhoria das condições de vida dos agricultores, ou seja, para aqueles que nunca

tiveram acesso ao crédito, subsidiado ou não. O Agroamigo é uma metodologia integrada no rol desse aperfeiçoamento, que agrega efeitos socioeconômicos na região.

O mais relevante é que o programa opera por mecanismos pós concessão de crédito, isto é, com acompanhamento, a partir do papel estratégico do assessor de crédito, criando uma tecnologia operacional "não técnica", que envolve fenômenos como os relacionamentos pessoais e de compadrio, afecção, interação social etc. O que efetivamente existe, na atuação do assessor de crédito é a capilaridade operacional e o crescimento do programa, com base na existência de uma estrutura operacional. Ou seja, no fundo, é evidente o crescimento da renda familiar e a superação da pobreza.

Conforme Rufino e Bastos (2015), em termos de volume e número de operações, há evolução nos parâmetros do programa entre 2005 e 2014 (Tabela 03). Neste tocante, o estado de Sergipe foi o que apresentou o menor número de contratos, além do menor volume de recursos. Processo natural, por ser o menor em tamanho e volume populacional. Certamente os números de Sergipe não significam menor eficiência na operacionalização, bem como em seus resultados.

A tabela também destaca a força do Agroamigo em três estados nordestinos: Bahia, Ceará e Maranhão, tanto em número de operações, como em volume de recursos emprestados. Esses estados representaram praticamente metade, o que suscita forte concentração do programa. É pertinente observar que, em documento oficial, o programa envolve, na verdade, 11 estados. Ou seja, são acrescentados o norte de Minas Gerais e do Espírito Santo, abrangendo quase dois mil municípios (BNB, 2015).

Tabela 03 - Montante dos Contratos e dos Valores aplicados pelo Agroamigo por estados do Nordeste (2005/2014).

Estados	Nº de Contratos	% em relação ao total	Volume de crédito (R\$ 1,00)	% em relação ao total
Alegre	169.805	6,91	381.481.910	6,81
Bahia	526.121	21,48	1.135.673.407	22,13
Ceará	294.819	16,17	316.265.745	15,31
Maranhão	290.923	11,96	671.260.761	12,92
Paraná	110.469	9,00	102.731.818	9,00
Pernambuco	301.198	11,30	706.706.518	12,65
Piauí	158.639	10,56	607.291.311	10,87
Rio G. do Norte	163.090	6,66	368.899.814	6,61
Sergipe	111.391	5,00	154.136.115	4,55
Nordeste	2.449.435	100,00	5.584.737.499	100,00

Fonte: BNB (2013b, 2011a). Apud: RUFINO & BASTOS, 2015.



Diante do exposto, mesmo sendo o programa limitado, tem potencial de crescimento e capilaridade. Ou seja, na concepção de inúmeros autores, à exemplo de Abramovay (2012) e Rufino e Bastos (2015), ainda existe um certo otimismo, mas que não se pode desprezar, haja vista a iniciativa agregar uma metodologia inovadora e cujos resultados são de expressivo alcance.

O Agroamigo caracterizar-se-ia, ainda, como um processo de natureza produtiva e que não tem como alvo as pessoas e sim o sistema de produção, envolvendo beneficiamento e comercialização provenientes da agricultura familiar. Tal assertiva se faz verdadeira no atendimento ao objetivo imediato do programa, que é a necessidade de constituição da renda familiar.

Embora sejam escassos os trabalhos que possam analisar os efeitos desse programa no Nordeste. Uma das principais contribuições foi o trabalho de Abramovay (2012), que, em uma amostragem significativa em vários estados do Nordeste, apresentou o alcance da metodologia entre os agricultores familiares “beneficiários” e “não beneficiários”. E que nesse momento necessitaria de atualização a partir de um trabalho de maior envergadura.

Ainda assim, diversas questões merecem ser colocadas na medida em que causas e efeitos complexos estão envolvidos no que se refere ao Agroamigo. Uma delas objetiva verificar se realmente o agricultor familiar é “beneficiário” ou “tomador de crédito”. O primeiro caracteriza-se como um direito social e, portanto, sem contrapartida, o que torna o programa uma mera política compensatória a “fundo perdido”, descaracterizando os objetivos da metodologia do crédito. Essa é a posição de Rufino & Bastos (2015), em que não existe a figura do beneficiário, pois existe uma relação contratual entre as partes, banco e agricultor familiar.

A segunda estaria no enquadramento de que o agricultor familiar seria um cliente como qualquer outro – consumidor de serviços financeiros. Fato que seria também um problema, na medida em que existem particularidades do agricultor familiar com o uso da metodologia, quando serviços como poupança, cartão de crédito não entram no processo de constituição do crédito do Pronaf-Agroamigo.

Para completar essa questão, surge o dilema: será o Agroamigo, realmente, uma política de crédito ou uma política social (ou política pública, lato sensu). Parece que nenhuma coisa nem outra. Seria uma espécie de contrato de crédito com viés de política social. Ainda assim, a questão estaria aberta, pela falta de articulação com outras políticas públicas, de caráter produtivo, e de não ser uma política universal.

Fato bem marcante é que num cenário neoliberal e de impossibilidade de efetivação de políticas públicas, em que a solidariedade seria uma das ferramentas centrais, a efetivação universalizada de programas como o Agroamigo é de difícil definição. Pois, o individualismo e o espírito animal do empreendedor capitalista embarçam essas ações. Poder-se-ia ampliar essa ação, com vertentes mais politizadoras e promovendo a politização dos efeitos sociais e econômicos junto aos agricultores familiares. Logo, o Agroamigo, a partir de sua metodologia, torna-se um programa inovador e promotor de desenvolvimento rural na região nordeste do Brasil.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura, enquanto segmento dentro do sistema capitalista, opera por particularidades, distinta da atividade industrial, comercial ou de serviços. Em primeiro lugar, pela estrita dependência das condições naturais. Mesmo que a tecnologia tenha aspectos relevantes no processo de produção da agricultura, ainda assim a natureza é determinante. Elementos como pluviosidade, luminosidade, qualidade do solo, inclinação do terreno etc., ainda conferem importância na definição de determinados sistemas produtivos. Mas não são dominantes do ponto de vista da lógica ou da "racionalidade produtiva" sob o império do capital na agricultura.

Outra particularidade seria o ciclo produtivo, que depende muito mais da natureza do produto do que o tempo de trabalho. Ou seja, o tempo da produção atua independentemente do tempo de trabalho, estabelecendo arranjos operacionais bem distintos entre os produtos. Rebatendo, portanto, na questão da comercialização: por sinal, um dos maiores gargalos tão bem conhecido entre os agricultores familiares e que está fora do alcance desta abordagem.

Forém, o aspecto mais relevante é a agricultura depender de mercados voláteis e que repercutem na superprodução ou na "subprodução". No caso dos produtos de pequena produção familiar, por exemplo, os mercados são imperfeitos (Abramovay, 2010); e a constituição da renda familiar é extremamente problemática, sobretudo para os pequenos produtores que não possuem acesso a crédito e/ou tecnologia inserida no processo de produção.

Dessa forma, a dinâmica demográfica movida pelo fenômeno do "êxodo rural" não pode ser interpretada à luz de uma leitura dogmática. Mas entender que a "argentinização" do mundo rural brasileiro existe, formando desertos demográficos, é forçar o processo. Mas por outro lado, observar-se uma riqueza de particularidades, sendo uma delas a questão vinculada às ações voltadas à juventude rural e que tem gerado bons resultados, em especial, no reconhecimento de seus direitos e de outras populações como as comunidades tradicionais, formando identidades e categorias políticas de natureza rural.

Nesse interim, o Agroamigo insere-se como uma iniciativa pioneira no Brasil e mais relevante, destinada aos agricultores familiares pobres da região Nordeste. O programa é uma política pública com suas particularidades, pois é estatal, ao tempo que é uma política de crédito que repassa valores a agricultores familiares pobres do campo nordestino, sendo em sua essência um contrato com cláusulas especiais, com direitos e obrigações. No foco, o programa ainda agrega desafios, mas se constituiu num verdadeiro viés produtivo e de geração de renda entre os desvalidos do campo nordestino.

## REFERÊNCIAS

- [1] ABRAMOVAY, R. Entrevistas - Agricultura Familiar. 2010. Disponível em <<http://ricardoabramovay.com/novas-instituicoes-para-o-desenvolvimento-rural-o-caso-do-programa-nacional-de-fortalecimento-da-agricultura-familiar-granal/>>. Acesso em: 10 out. 2014.
- [2] \_\_\_\_\_. Alcance e Limites das Finanças de Proximidade no Combate à Inadimplência: O Caso do Agroamigo. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIEP). São Paulo, 2008. Disponível em: <[www.fiep.org.br/web/publicacoes/discussao/textos/texto\\_10\\_2008.pdf](http://www.fiep.org.br/web/publicacoes/discussao/textos/texto_10_2008.pdf)>. Acesso em: 19 jun. 2014.
- [3] ALVES, E. e ROCHA, D. Da F. Cantar Tempo é Possível. In: CASQUES, J. C. Et. Al. A Agricultura Brasileira: desempenho, desafios e perspectivas. Brasília: Ipea, 2010. Disponível em <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/FDFs/Inova/Inova/Livro\\_agricultura\\_brasileira.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/FDFs/Inova/Inova/Livro_agricultura_brasileira.pdf)>. Acesso em: 15 ago. 2015.
- [4] BARCELLOS, L. B. A formulação das políticas públicas para a juventude rural no Brasil: atores e fluxos políticos numa processo social. Tese Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://ri.ufrj.br/cgda/vpcontent/uploads/2014/10/Tese-Lergio-Bonno-Barcellos.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2016.
- [5] BOLLIGER, F. Brasil agropecuário. Duas fotografias de um tempo que passou. In: SUAINAIN, A. M. Et. Al. O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília, DF: Embrapa, 2014. Disponível em: <[https://www3.eco.uoiucamp.br/nea/images/arquivos/O\\_MUNDO\\_RURAL\\_2014.pdf](https://www3.eco.uoiucamp.br/nea/images/arquivos/O_MUNDO_RURAL_2014.pdf)>. Acesso em: 10 de jan. 2016.
- [6] SUAINAIN, A. M. Et. Al. O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília, DF: Embrapa, 2014. Disponível em: <[https://www3.eco.uoiucamp.br/nea/images/arquivos/O\\_MUNDO\\_RURAL\\_2014.pdf](https://www3.eco.uoiucamp.br/nea/images/arquivos/O_MUNDO_RURAL_2014.pdf)>. Acesso em: 10 de jan. 2016.
- [7] GRISA, C. e SCHNEIDER, S. Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil. REBR, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, p. 2125-2146, 2014 - Impressa em fevereiro de 2015.
- [8] GRAZIANO DA SILVA, José; STOLCKE, Verena (Org.). A questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1980, p. 89-90.
- [9] GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro séculos de latifúndio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1962.
- [10] IBGE. Censo Agropecuário 2006. Agricultura familiar. Primeiros resultados. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri\\_familiar\\_2006/estatista\\_cmta.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006/estatista_cmta.pdf)>. Acesso em: 05 fev. 2013.
- [11] KACEYAMA, A. Desenvolvimento rural: conceito e um exemplo de medida. 2012. Disponível em <<http://www.acbr.org.br/palestra/12/120506.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2012.
- [12] \_\_\_\_\_. BERGAMASCO, S. M. P. F. e OLIVEIRA, J. A. de. Novas possibilidades de pesquisa sobre a agricultura familiar no Brasil a partir do Censo de 2006. Revista Tecnologia & Inovação Agropecuária. São Paulo, p. 16-27, dez. 2008.
- [13] MAIA, A. G. O esvaziamento demográfico rural. In: SUAINAIN, A. M. Et. Al. O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília, DF: Embrapa, 2014. Disponível em: <[https://www3.eco.uoiucamp.br/nea/images/arquivos/O\\_MUNDO\\_RURAL\\_2014.pdf](https://www3.eco.uoiucamp.br/nea/images/arquivos/O_MUNDO_RURAL_2014.pdf)>. Acesso em: 10 de jan. 2016.
- [14] NAVARRO, I. SUAINAIN, A. M., ALVES, E., SILVEIRA, J. M. de. Sete tópicos sobre o mundo rural brasileiro. Revista de Política Agrícola, junho de 2013, Ano XXII, Nº32. Disponível em <<http://www.embrapa.br/publicacoes/tematico/revistaAgricola/>>. Acesso em: 20 jun. 2013.
- [15] FAIVA, Ruy Miller. A agricultura no desenvolvimento econômico: suas limitações como fator dinâmico. Rio de Janeiro: Ipea/Ipes, 1979.
- [16] PRADO JR. Cato. A revolução brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1976.
- [17] RUFINO, J. A. e BASTOS, F. Dez Anos do Programa Agroamigo na Região Nordeste: Evolução, Resultados e Limites para o Fortalecimento da Agricultura Familiar. Rev. Econ. NE, Fortaleza, v. 46, 2013.

Disponível em < file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/46-59-1-EM.pdf >. Acesso em 10 de junho de 2016.

[18] \_\_\_\_ e SCHNEIDER, S. O Prosaaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. In: CRISA, C. e SCHNEIDER, J. Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

[19] SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

[20] SILVA, A. C. da e COSTA, F. B. Os estabelecimentos rurais de menor porte econômico do Semiárido meridional frente às novas tecnologias da agropecuária brasileira. In: BUAINAIN, A. M. Et. Al. O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília, DF: Embrapa, 2014. Disponível em < [http://www1.eca.ufrpe.br/naa/imagens/arquivos/O\\_MUNDO\\_RURAL\\_2014.pdf](http://www1.eca.ufrpe.br/naa/imagens/arquivos/O_MUNDO_RURAL_2014.pdf) >. Acesso em 10 de jan. 2016.

[21] VAN DER FLOEC, J. D. Rural Development: From Practices and Policies towards Theory. Sociologia Ruralis. Vol. 40, outubro de 2000. Disponível em < <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/1467-9223.00156> >. Acesso de 10 de março de 2016.

[22] WANDERLEY, M. N. B. O Mundo Rural como um Espaço de Vizinhança: Reflexões sobre a propriedade da terra. Agricultura Familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

